



**Assembleia Parlamentar da União para o
Mediterrâneo**

II Cimeira de Presidentes de Parlamentos

Lisboa, 11 de maio de 2015

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Senhores Presidentes,

Senhores Embaixadores,

Quero começar por agradecer à Senhora Presidente da Assembleia da República o convite que me dirigiu para encerrar esta sessão da II Cimeira de Presidentes de Parlamentos da União para o Mediterrâneo, dedicada aos temas da Imigração, Asilo e Direitos Humanos na Região Euro-Mediterrânea.



Saúdo a iniciativa da Senhora Presidente Assunção Esteves em organizar esta Cimeira e na escolha do tema, que tem uma relevância central para todos os nossos países independentemente da margem do mediterrâneo em que nos situemos.

Não sendo do ponto de vista estritamente geográfico um país mediterrânico, Portugal é um país que se sente histórica, cultural e politicamente mediterrânico. Isso permite-nos reconhecer a importância das boas relações entre as duas margens, independentemente da localização exata das nossas costas.

Somos, também por isso, um país profundamente comprometido com a melhoria das relações entre a margem sul e a margem norte do Mediterrâneo, apesar das nossas costas, tanto a norte, como a sul, serem banhadas pelo Atlântico.



Não se estranha, pois, que tenhamos sempre dedicado, no contexto da nossa política externa, uma atenção muito particular às relações com os países mediterrânicos, quer seja através da coordenação no seio da União Europeia, quer seja através de instrumentos de diálogo entre as duas margens.

Nos últimos dois anos, assumimos a copresidência do Diálogo 5+5, tendo realizado várias reuniões ministeriais temáticas em áreas de interesse prioritário: Negócios Estrangeiros, Defesa, Ambiente e Energias Renováveis, Transportes, Turismo e Interior.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Considero que a Europa não deve tratar as relações com os seus vizinhos como relações que só interessam a um certo número de Estados-membros. Esta é uma



visão redutora e que não corresponde aos nossos interesses, nem como Estados individuais, nem como Estados parte de um projeto político mais abrangente como é a União Europeia. Por isso, projetos como a União para o Mediterrâneo são muito importantes para, fora de espartilhos institucionais, contribuirmos em conjunto para uma cooperação mais profunda e para o estabelecimento de relações de futuro entre todos os nossos países.

A última reunião informal de Ministros dos Negócios Estrangeiros da UPM, há cerca de um mês, em Barcelona, permitiu uma troca de impressões sobre a revisão da Política Europeia de Vizinhança e, em particular, sobre a centralidade que a União para o Mediterrâneo deve ter na dimensão Sul da PEV, dando prioridade a um conjunto de matérias de interesse comum.



A manutenção de uma PEV una e única para todos os vizinhos, mais flexível, com diversos graus de relacionamento e cooperação com cada país, mas igual prioridade política ao sul e ao leste, assim como com um quadro que preveja as mesmas oportunidades e ambição no relacionamento com os vizinhos, parecem ser a melhor via em benefício de uma ação externa da UE mais estratégica e eficaz.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Mediterrâneo é, hoje em dia, um espaço de desafios partilhados. Desde a gestão das transições políticas, quer naqueles países cujo sucesso merece o nosso inteiro apoio, como é o caso da Tunísia, quer naqueles cujas dificuldades exigem de todos um forte compromisso, como é o caso da Líbia. Passando pela



economia, em que as enormes oportunidades de investimento que se abrem nos países do sul do Mediterrâneo refletem uma complementaridade em relação a economias mais maduras como são as dos países europeus. Pela energia, quer no que respeita ao comércio de hidrocarbonetos, quer ao investimento em energias renováveis, aproveitando o imenso potencial ainda por explorar, por exemplo, da energia solar. Mas também pela segurança, em que a situação na Síria, no Iraque e, muito em particular, na Líbia, tem repercussões diretas na gestão de matérias de interesse comum, como é o caso da imigração.

As tragédias que se têm repetido no Mediterrâneo são profundamente revoltantes e merecem a mais séria reflexão e ação quer dos países de destino, quer dos países de origem e de trânsito. Sabemos as circunstâncias que rodeiam a forma como muitas



destas pessoas procuram chegar à Europa. Não podemos criticar a sua vontade de arriscar a vida por um futuro melhor. Mas não podemos permitir que esse meritório interesse seja cruelmente explorado por redes criminosas e terroristas. E essa não é uma responsabilidade apenas dos países europeus, como países de destino, sendo, antes, uma responsabilidade conjunta de todos. O combate à imigração ilegal, enquanto crime de tráfico de seres humanos, é um dever de todos e constitui uma obrigação moral que vai além de qualquer discussão política que possamos ter sobre a imigração.

No último Conselho Europeu, que foi convocado extraordinariamente para discutir o problema da imigração, a União Europeia decidiu reforçar as operações *Triton* e *Poseidon*, conferindo-lhes meios que permitam assegurar um aumento significativo das



atividades de busca e salvamento. Decidimos, igualmente, reforçar os mecanismos de solidariedade internos à União no tratamento de pedidos de asilo e no acolhimento de pessoas sob proteção humanitária.

Tenho repetidamente defendido a necessidade de abordar as causas deste problema e de encontrar soluções que ajudem a atacar as raízes deste flagelo. A evolução da economia global nas últimas décadas tem levado ao agravamento das desigualdades entre países, ou seja, ao longo de fronteiras políticas e geográficas. Isto significa que mesmo os cidadãos mais pobres dos países desenvolvidos têm melhores rendimentos reais - não entrando já em conta com o acesso a serviços públicos - do que as classes médias altas dos países em vias desenvolvimento.

Por tudo isto, é importante termos, em cada um dos nossos países, um debate sério e aprofundado sobre a



política de imigração que queremos. É sabido que esta é uma matéria complexa, muitas vezes com custos políticos e financeiros de curto-prazo nos países destino. Sabemos que enfrentamos hoje, na União Europeia, um contexto político e económico que limita as nossas escolhas. Estamos a sair de uma grave crise, que atingiu muito em particular países como Portugal. Assistimos à subida de partidos com uma agenda e uma retórica populista e anacrónica.

Mas é importante termos igualmente presente a justiça moral inerente a uma política de imigração mais aberta e os benefícios económicos e sociais de médio-prazo que dela podem resultar. Os países europeus são, em geral, países envelhecidos e com perspetivas de crescimento relativamente baixas. A entrada de imigrantes tem sido historicamente um elemento de dinamismo e de promoção do crescimento económico.



Mas uma política de imigração mais positiva, mais coerente nas suas várias dimensões, só faz sentido a nível europeu e em cooperação com os países de origem. Esperamos, por isso, que a Agenda Europeia para as Migrações, que a Comissão Europeia irá apresentar muito em breve, permita introduzir este debate mais alargado sobre umas das principais prioridades da União Europeia nos próximos anos e que, nos mecanismos multilaterais de cooperação entre norte e sul do Mediterrâneo, possamos continuar a procurar soluções comuns e mutuamente benéficas para os desafios que partilhamos.

Muito obrigado